

HABEAS CORPUS Nº 500.945 - SP (2019/0087013-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : GISELE XIMENES VIEIRA DOS SANTOS INÁCIO -
SP205884
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : J B DE O (INTERNADO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de J. B. DE O., apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 51):

HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (artigo 33, caput, da lei nº 11.343/06). Medida socioeducativa de internação. Alegação de constrangimento ilegal ante a impossibilidade de aplicação de medida socioeducativa de internação a adolescente que praticou ato infracional sem violência ou grave ameaça. Medida socioeducativa adequada. Antecedentes, quantidade considerável de entorpecentes apreendidos e circunstâncias do caso concreto que demandam acompanhamento rigoroso para reeducação e ressocialização do adolescente. Decisão que deve ser mantida. Ausência de ilegalidade. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

O paciente teve contra si julgada procedente representação pela prática do ato infracional análogo ao crime do art. 33 da Lei 11.343/2006, sendo-lhe imposta medida socioeducativa de internação.

No presente *writ*, o impetrante aduz que não estão presentes as hipóteses do art. 122 do ECA, porquanto não configurada a reiteração, uma vez que o paciente somente ostenta processos anteriores, nos quais foi concedida a remissão e apenas um processo que foi julgada procedente a representação, em que foi aplicada medida de liberdade assistida. Requer a concessão da ordem para que o paciente seja inserido em medida de liberdade assistida.

Indeferida a liminar e, prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, foi aplicada ao paciente medida socioeducativa de internação, pela prática do ato infracional análogo ao tráfico de drogas.

No presente *writ*, o impetrante aduz que não estão presentes as hipóteses do art. 122 do ECA, argumentando que não está configurada hipótese

de reiteração, uma vez que o paciente somente ostenta processos anteriores, nos quais foi concedida a remissão e apenas um processo que foi julgada procedente a representação, em que foi aplicada medida de liberdade assistida. Requer a concessão da ordem para que o paciente seja inserido em medida de liberdade assistida.

A medida socioeducativa de internação somente pode ser decretada nas hipóteses taxativamente elencadas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A sentença, ao aplicar a medida de internação, assim dispôs (fls. 27/28):

[...]

Como se nota, Jessé ostenta passagem anterior pelo Sistema de Justiça Juvenil, inclusive por ato infracional equiparado a tráfico ilícito de entorpecentes, conforme certidão de fl. 14.

Tanto assim que, no âmbito do processo que tramitou perante este Juízo sob nº 1500147-93.2018, foi-lhe aplicada a medida socioeducativa de liberdade assistida. Ademais, anota outro procedimento neste Juízo da Infância e Juventude, registrados sob nº 1501365-69.2018, atualmente aguardando desfecho do trabalho restaurativo.

Ademais, o Relatório de Diagnóstico Polidimensional, elaborado pela equipe técnica da Fundação CASA, em fls. 63/68, evidenciou que "o adolescente Jessé está com 17 anos de idade e com indício de estar evoluindo no meio infracional e no uso de múltiplas substâncias, faz se necessário intervenções voltadas ao processo de escolha e autoconhecimento do adolescente, para que realize escolhas mais assertivas em sua vida." (fls. 54/55).

Tudo a demonstrar que o adolescente conta com reduzido senso de responsabilidade pelo rumo de sua vida e, ainda, vivência franca exposição a situações de alta vulnerabilidade, inserindo-se em um processo de violência urbana de alto risco para sua própria segurança física e integridade humana, que a medida socioeducativa em meio aberto não se mostrou hábil a reverter. Dentro desse específico contexto psicossocial, apresenta-se o jovem, no presente instante, ainda defeso às orientações que lhe possam ser dirigidas. Em essência, prossegue seu envolvimento social negativo, o que impõe a necessidade de acompanhamento freqüente e sistemático de primeiros passos a partir de agora, mesmo porque o núcleo familiar - repita-se, ao menos no presente momento ainda está incapacitado para controlar e acompanhar adequadamente o já complexo desenvolvimento social do garoto.

[...].

Como se vê, a sentença apresenta fundamento válido para aplicação da medida de internação, pois evidencia a reiteração infracional do adolescente, já que *no âmbito do processo que tramitou perante este Juízo sob nº 1500147-93.2018, foi-lhe aplicada a medida socioeducativa de liberdade assistida. Ademais, anota outro procedimento neste Juízo da Infância e*

Juventude, registrados sob nº 1501365-69.2018, atualmente aguardando desfecho do trabalho restaurativo.

Esta Sexta Turma passou a majoritariamente compreender, ressalvada pessoal compreensão diversa, que para a configuração da reiteração de atos infracionais graves, prevista no inciso II do art. 122 do ECA, suficiente é a prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, salvo falta de contemporaneidade ou menor relevância da prática infracional antecedente.

No caso, o magistrado apontou que o paciente já foi sentenciado pela prática do mesmo ato infracional, sendo-lhe imposta medida de liberdade assistida, o que configura a hipótese de reiteração infracional.

Do relatório de fl. 162, extrai-se que o adolescente respondeu a outro processo de apuração de ato infracional além do objeto destes autos, sendo certo que o feito n. 1501365-59.2018.8.26.0624 já está extinto, bem como ostenta um processo referente a auto de apreensão em flagrante, n. 1500147-93.2018.8.26.0624, que está em andamento.

Não obstante, não foi acostada documentação com o detalhamento de cada processo, não sendo possível infirmar as conclusões das instâncias de origem.

Assim, não há que se falar em ilegalidade da medida socioeducativa de internação imposta ao paciente.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator